



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

f. 132

Ata da Audiência Pública para apresentação do Projeto de Lei no. 200/2020, de autoria do Executivo Municipal que “Aprova o Orçamento do Município para o exercício de 2021”.

Nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 (LRF), bem como nos termos do artigo 71, “alínea “d” das Instruções no. 2/2008 – Área Municipal, do Egrégio Tribunal de contas do Estado de São Paulo, a Câmara Municipal de Indaiatuba, através da Presidência e da Comissão de Finanças e Orçamento, promoveu no dia 23 de outubro de 2020, às 09h, audiência pública para apresentação do **Projeto de Lei no. 200/2020, de autoria do Executivo Municipal que “Aprova o Orçamento do município para o exercício de 2021”**. Em respeito às determinações que proíbem a aglomeração de pessoas, notadamente pelas determinações do Governo Estadual, Governo Municipal e orientação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a audiência foi realizada em ambiente virtual, gravada na sede da Câmara, sito à Rua Humaitá, no. 1167, centro, nesta cidade de Indaiatuba/SP. As informações necessárias para a participação dos munícipes – perguntas, comentários ou sugestões – puderam ser efetuadas acessando o canal **https://www.indaiatuba.sp.leg.br/transparencia/audiencia_publica**, disponibilizado no site da Câmara Municipal de Indaiatuba, até o dia 29 de outubro de 2020.

O Edital foi publicado na imprensa oficial do município, Edições 1823 e 1832, e através do site www.indaiatuba.sp.leg.br, além do jornal físico “MaisExpressão” de 16/10/2020, cujas as cópias compõem o procedimento arquivado na Secretária desta Casa.

A audiência foi oficialmente aberta pelo presidente da Câmara, Hélio Ribeiro, às 09h. Em seguida, a secretária municipal da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, convocada pela Câmara para tal finalidade, apresentou a LOA em explanação gravada em áudio e vídeo.

A srta. Paula Fernanda Sciamarelli, iniciou o fala salientando que a tramitação da LOA prevê duas audiências públicas: uma realizada pelo Poder Executivo e outra promovida pelo Poder Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

p. 133

Em seguida, expôs as três matérias orçamentárias que sustentam o planejamento do governo ao longo de quatro anos: Plano Plurianual (PPA, com vigência entre 2018 e 2021), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, anual, que estabelece os programas e ações) e a Lei Orçamentária Anual (LOA, que apresenta a alocação das receitas e despesas), objeto da presente audiência pública e que a LOA é composta pela previsão de orçamentos fiscal e da seguridade social, receita e fixação de despesas de governo para o próximo ano, autorização para realização de alterações orçamentárias e anexos com informações envolvendo as classificações da receita e da despesa de acordo com as normas que regem a contabilidade pública.

A Secretária da Fazenda teceu comentários sobre o processo de planejamento estratégico e orçamentário, que deve levar em conta ainda o plano de governo, a participação da sociedade civil e os planos municipais vigentes e que estabelecem as políticas públicas empreendidas no município em várias áreas: Defesa Civil, Educação, Saúde, Assistência Social, etc. Apontou a necessidade de elencar prioridades, sobretudo no contexto de limitação de receitas.

Informou que a LOA está fortemente impactada pela pandemia de Coronavírus, que provocou uma crise sanitária e econômica sem precedentes recentes e que as incertezas quanto ao fim deste período de exceção deixam a elaboração do texto ainda mais árdua.

Apontou que a maior receita do Município continua sendo o ICMS, cuja competência tributária é o governo do Estado, que se encontra em situação deficitária (déficit de 6,94% da previsão de arrecadação, até setembro de 2020) e que a Fundação SEADE, no entanto, sinaliza para algumas boas notícias, como a abertura de pequenos negócios e projeções melhores para o PIB que as estimativas anteriores. Ainda assim, por conta da pandemia e do crescimento em passos lentos registrado desde o início do ano, a soma de todas as riquezas produzidas no país deve registrar queda expressiva em 2020 – com impactos, novamente, nas receitas projetadas para 2021.

Informou que a inflação projetada para 2021, por enquanto (IPCA/IBGE) é de 3% e que a taxa de juros deve se manter baixa – em torno de 2%.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

p. 134

Explanou que há ainda outras questões conjunturais importantes, como as oscilações do mercado, as eleições municipais e norte-americanas, as questões fiscais e os preocupantes índices de desemprego e que o país só deve recuperar patamares pós-pandemia em 2022.

Em função de todas as incertezas, de acordo com a secretária, a LOA seria um espelho do orçamento de 2020, não fossem mais dois acontecimentos imprevistos: a nova alteração dos rendimentos auferidos no mercado financeiro pelo RRPS, que voltam a ser considerados como receita orçamentária somente quando realizados no exercício, e a redução das previsões de receita relacionadas aos rendimentos de aplicações das entidades do Município, dada as reduções na Selic.

Por isso, o orçamento é apresentado com estimativas de receita inferiores à peça orçamentária de 2020, com variação negativa de 3,93% e a estimativa de receitas e despesas para 2021 é de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).

Informou que entre as receitas, destacam-se as transferências correntes (R\$ 620,6 milhões) e os impostos (R\$ 320 milhões) e as despesas ficam assim distribuídas: Prefeitura (R\$ 876,4 milhões), Câmara (R\$16,4 milhões), SAAE (R\$ 125,6 milhões), Seprev (R\$ 168,8 milhões), Fiec (R\$ 9,6 milhões) e Fundação Pró-Memória (R\$ 3 milhões), em valores arredondados.

Apresentou quadros por unidades e órgãos, demonstrando como orçamento ficou distribuído: Educação (22%), Saúde (20%), Seprev (14%), SAAE (10%), Meio Ambiente (7%), Fazenda (4%), Obras e Vias Públicas (4%), Segurança Pública (3%), Administração (3%), Assistência Social (2%), Câmara (1,3%) e outras (representatividade menor que 1%), em porcentuais arredondados.

Em seguida, a secretária demonstrou o comportamento das despesas por órgão da administração.

Na Câmara, o orçamento de R\$ 16,4 milhões é programado para manutenção da unidade (R\$ 14,5 milhões), despesas com subsídios de vereadores (R\$ 1,4 milhão), divulgação institucional (R\$ 400 mil) e pagamento de assistência à saúde aos aposentados (R\$ 60 mil).



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

f. 135

Por fim, a secretária expôs os danos provocados pela falta de planejamento orçamentário e a necessidade de manter a prudência na execução dos recursos públicos. A titular da pasta da Fazenda e expositora da LOA se colocou à disposição para novos esclarecimentos, através dos canais digitais próprios constantes no link da audiência pública.

A íntegra da audiência foi disponibilizada ao público pelos canais digitais da Câmara a partir da data da audiência, conforme disposto em edital.

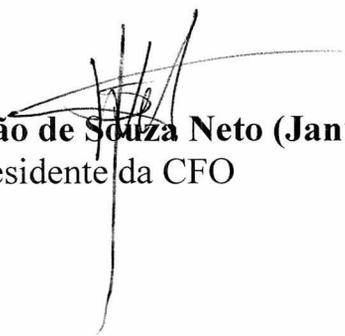
A Secretaria encerrou sua participação e devolveu a palavra ao Presidente da Câmara, Hélio Ribeiro, que declarou encerrada a audiência pública por volta das 12h45m.

Nada mais havendo para tratar, eu Cleide dos Santos Cunha (Cleide dos Santos Cunha), assessora parlamentar e Amauri Augusto Pastorelli Biral (Amauri Augusto Pastorelli Biral), assessor parlamentar, lavramos a presente Ata, a qual vai subscrita por quem de direito.

Câmara Municipal de Indaiatuba, 26 de outubro de 2020.


Hélio Alves Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba


João de Souza Neto (Januba)

Presidente da CFO